

OS TRABALHADORES NÃO PODEM CONTINUAR A PAGAR A CRISE

Estamos a atravessar um período extraordinário, fruto de um conjunto de acontecimentos imprevistos, que vão desde as alterações às condições climáticas até aos impactos das guerras que têm acarretado um anormal funcionamento das condições financeiras e económicas a nível internacional e com claros reflexos na região.

Fruto disso, assistimos ao aumento da inflação, que na RAM já era superior em 1 pp à média nacional e simultaneamente assistimos a uma redução do crescimento, podendo entrar num regime de estagflação que não desejamos.

Se acrescermos a estas situações o problema da habitação e suas carências no mercado, estamos a atravessar um grave período de crise social.

Pese o Governo ter diligenciado algumas medidas de apoio para fazer face às dificuldades do momento, temos de referir que os montantes são manifestamente insuficientes, assim como os grupos que necessitam de ser apoiados são claramente superiores aos que foram identificados, e perante tudo isto, a UGT Madeira, reunida em Conselho Geral, afirma de forma clara:

Os trabalhadores não podem continuar a pagar o preço da indecisão política nem de políticas insuficientes para responder à crise que já se faz sentir.

As medidas previstas não chegam para travar a perda de poder de compra; não chegam para fixar trabalhadores; não chegam para garantir dignidade a quem vive do seu trabalho.

Aproveitaremos a reunião de Comissão Permanente da Concertação Social - CPCS reagendada para 24 de abril, para abordarmos estas matérias com os parceiros sociais.

A realidade é clara: custo de vida continua a subir; os salários não acompanham; a precariedade mantém-se; os jovens continuam a sair da Região por falta de condições.

Mas não é só o contexto externo que preocupa.

Num momento em que decorrem discussões sobre o Código do Trabalho, sobre uma proposta do Governo da República, a UGT Madeira, enquanto parte integrante da UGT Portugal, com assento no seu Secretariado



Nacional, aprovou por unanimidade, na reunião de 9 de abril, uma posição clara:

Quando se piora o Código do Trabalho, nenhum sindicato pode aceitar essas alterações.

E dizemo-lo também aqui, com toda a firmeza:

Não aceitaremos retrocessos nos direitos dos trabalhadores. Não aceitaremos medidas que aumentem a precariedade. Não aceitaremos alterações que retirem rendimentos ou desregulem horários.

Não aceitaremos ataques à negociação coletiva nem à ação sindical.

Porque estas propostas significam:

Mais instabilidade no emprego; menos proteção em caso de despedimento; mais dificuldade em conciliar vida profissional e familiar; menos direitos para quem trabalha.

E um país que desvaloriza o trabalho é um país que compromete o seu futuro.

A UGT Madeira afirma:

Não há economia forte com salários fracos.

Não há justiça social com trabalho desvalorizado.

Não há futuro na Região sem respeito por quem nela trabalha.

E deixa um aviso claro:

Cada crise não pode continuar a servir de desculpa para empobrecer quem trabalha.

Cada decisão errada terá consequências sociais que não podem ser ignoradas.

É tempo de mudar de rumo.

Ou há valorização real dos trabalhadores, ou haverá mais desigualdade, mais saída de população da região e mais fragilidade social.

A UGT Madeira não ficará em silêncio.

Estaremos onde sempre estivemos: ao lado dos trabalhadores e sempre em sua defesa

Aprovado por unanimidade e aclamação na reunião do Conselho Geral da UGT Madeira de 11 de abril